# CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

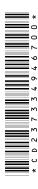
(Do Sr. HELDER SALOMÃO)

Altera o art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor que não descaracteriza a condição de segurado especial da Previdência Social o recebimento de auxílios ou indenizações decorrentes de desastres ou acidentes ambientais.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art.	$1^{\circ}$ O $\S$ $9^{\circ}$ do art. 12 da Lei n $^{\circ}$ 8.212, de 24 de julho de 1991,
passa a vigorar acre	scido do seguinte inciso:
	"Art. 12
	§ 9°
	<ul> <li>IX - o recebimento de auxílios ou indenizações decorrentes de desastres ou acidentes ambientais.</li> </ul>
	" (NR)
Art.	2° O § 8° do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,
passa a vigorar acre	scido do seguinte inciso:
	"Art. 11
	§ 8°
	VIII - o recebimento de auxílios ou indenizações decorrentes de desastres ou acidentes ambientais.
	" (NID)





### CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

As tragédias dos crimes socioambientais que afetaram as cidades de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), no Estado de Minas Gerais geraram consequências, para as vítimas e suas famílias, que vão além da perda de vidas e de moradias.

Como se não bastasse todo o sofrimento infligido, muitos pescadores e trabalhadores rurais perderam o reconhecimento da condição de segurados especiais da Previdência Social, após o início do recebimento dos auxílios e indenizações.

O segurado especial do Regime Geral de Previdência Social está definido no art. 12, inc. VII, da Lei nº 8.212, e no art. 11, inc. VII, da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, como a pessoa física residente no imóvel rural, ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele, que explore atividade agropecuária, de seringueiro ou extrativista vegetal ou pescador artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, em determinadas condições previstas na lei.

Os auxílios e indenizações decorrentes de desastres como o de Mariana e Brumadinho, bem como de outros acidentes ambientais, tais como chuvas, alagamentos e quedas de barragens, não podem fazer com que o segurado especial perca essa condição. São prestações financeiras temporárias e absolutamente necessárias para a subsistência em momentos extremos, nos quais os sobreviventes perdem os bens materiais e meios de trabalho.

Portanto, é questão de justiça reconhecer que o recebimento de auxílios ou indenizações, quando decorrentes de desastres ou acidentes ambientais, não pode descaracterizar a condição de segurado especial.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO HELDER SALOMÃO - PT/ES

Portanto, apresentamos o presente Projeto de Lei para a alterar a legislação previdenciária nesse sentido.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado HELDER SALOMÃO

2023-15073



